

## CHAPTER XV

### THE CHALLENGES AND POTENTIAL OF COLLECTIVE ACTION IN SOCIAL MOVEMENTS: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF MANCUR OLSON

#### DESAFIOS E POTENCIAIS DA AÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DE MANCUR OLSON<sup>1</sup>

DOI: 10.51859/ampla.sset.2124-15

Andre Luiz de Souza <sup>1</sup>  
Miguel Ângelo Lazzaretti <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Sociólogo, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Integrante GEPAD: [www.ufrgs.br/agrifood](http://www.ufrgs.br/agrifood) - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2283-5274>.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Toledo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7218-9733>.

#### ABSTRACT

In this article, we present a valuable contribution to the dialog on the interpretation of collective action within the Landless Workers' Movement (MST), from the perspective of the renowned American economist Mancur Olson. The methodological approach adopted involves an extensive bibliographical review not only of Olson's work, but also of relevant contemporary authors in the field. By examining the MST's proposals for collective action, the study reveals the complexity involved in getting most settlers to adhere to its projects, highlighting the challenges and strategies adopted. The meticulous analysis carried out identifies the intricate factors that can both hinder and favor this acceptance, based on the movement's fundamental theoretical-ideological principles, thus enriching the general understanding of this social and political context.

**Keywords:** Collective action. MST. Settlements. Agrarian reform. Mancur Olson.

#### RESUMO

Este artigo apresenta uma valiosa contribuição ao diálogo sobre a interpretação da ação coletiva dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sob a perspectiva do renomado economista americano Mancur Olson. A abordagem metodológica adotada envolve uma extensa revisão bibliográfica não apenas do trabalho de Olson, mas também de autores contemporâneos relevantes na área. Ao examinar as propostas de ação coletiva do MST, o estudo revela a complexidade envolvida na obtenção da adesão da maioria dos assentados aos seus projetos, destacando os desafios e as estratégias adotadas. A análise meticulosa realizada identifica os intrincados fatores que podem tanto dificultar quanto favorecer essa aceitação, fundamentados nos princípios teórico-ideológicos fundamentais do movimento, enriquecendo, assim, a compreensão geral desse contexto social e político.

**Palavras-chave:** Ação coletiva. MST. Assentamentos. Reforma Agrária. Mancur Olson

<sup>1</sup> Este texto foi inicialmente publicado em 2007, em forma de artigo, na Revista Tempo da Ciência, v. 14, p. 73-88, intitulado *Fatores Inibidores e Facilitadores na Produção de Ações Coletivas em Assentamentos de Reforma Agrária do MST*. Esta nova versão conta com atualizações na problemática e aprimoramentos nas referências teóricas, fornecendo uma melhor compreensão contemporânea sobre as ações coletivas promovidas pelo MST.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma valiosa contribuição ao diálogo sobre a interpretação da ação coletiva dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir do ponto de vista do economista americano Mancur Olson e de autores contemporâneos que discutem os fatores que podem tanto inibir quanto facilitar a ação coletiva, especialmente em um contexto complexo que envolve uma organização multifacetada com relação aos interesses e os objetivos dos participantes do MST. A análise desses fatores inibidores e facilitadores da ação coletiva no contexto específico do MST é fundamental para compreender a dinâmica interna desse movimento social, suas motivações, seus desafios e suas estratégias de mobilização. A abordagem desses elementos na análise da ação coletiva revela a complexidade e a diversidade de influências que moldam o engajamento e a atuação dos participantes do MST, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e aprofundada da dinâmica desse movimento social tão significativo.

O MST se destaca como um agente de transformação nas relações de produção da sociedade rural brasileira, com uma visão unificada como catalisador de mudanças sociais. No entanto, a realidade revela que nem tudo ocorre conforme essa narrativa. O MST enfrenta consideráveis resistências em seu projeto inovador, que busca reformular as estratégias de produção e as interações sociais nos assentamentos e na agricultura familiar brasileira. Essas resistências não são sempre visíveis ou objetivas, mas, muitas vezes, se manifestam de forma subjetiva. Elas refletem discordâncias com a implementação de projetos de mudanças de paradigmas nos assentamentos de reforma agrária, destacando que a ideologia coletivista do MST enfrenta desafios e oposições no cenário diversificado e multifacetado dos assentamentos rurais em todo o Brasil. Essas resistências subjetivas evidenciam a complexidade e os obstáculos enfrentados na tentativa de efetuar mudanças significativas e duradouras nas comunidades rurais por meio da abordagem coletivista do MST.

O questionamento sobre os limites enfrentados na construção da democracia interna do MST é pertinente. Tais limitações englobam barreiras culturais, sociais e organizacionais que influenciam a forma tradicional de cultivar a terra, além de práticas profundamente enraizadas na história dos trabalhadores rurais, os quais não estão acostumados a trabalhar de maneira coletiva. Muitas vezes, os líderes do MST

identificam essas práticas como “vícios artesanais de produção”, que podem ser vistos como obstáculos para o desenvolvimento do coletivismo. Essa percepção pode resultar na desvalorização dos trabalhadores rurais e em uma rotulação de atraso e de individualismo. A superação desses desafios exige não apenas mudanças organizacionais e estruturais, mas também uma abordagem sensível e empática para lidar com as tradições enraizadas e promover uma transição bem-sucedida em direção a modelos mais coletivos e colaborativos de produção.

Dentre os teóricos mais proeminentes, Mancur Olson aborda a ação coletiva e as relações de poder em um contexto de liderança e envolvimento da comunidade. A análise das relações entre líderes e membros em organizações como o MST é crucial para compreender como a democracia e os objetivos socialistas são moldados na prática. A efetivação de um modelo socialista nos assentamentos requer um olhar atento não apenas para as estruturas de poder, mas também para os processos democráticos e participativos que moldam essas comunidades.

A ação coletiva, especialmente no contexto dos movimentos sociais, encerra um complexo de dinâmicas que necessitam de uma análise cuidadosa para se entender as suas capacidades de mobilização e seus frequentes entraves. Mancur Olson, por meio de sua obra seminal *A Lógica da Ação Coletiva*, oferece um prisma teórico valioso para investigar esses fenômenos.

A análise de Olson destaca a complexidade da ação coletiva e os múltiplos fatores que afetam a sua realização e sucesso. Embora os desafios sejam consideráveis, a capacidade dos movimentos sociais adaptarem estratégias para superarem esses obstáculos e mobilizarem apoio em torno de causas comuns demonstra o potencial inerente à ação coletiva. Essa avaliação sugere a importância de estratégias bem delineadas, de liderança eficaz e da oferta de incentivos como elementos cruciais para o sucesso dos esforços coletivos em busca de mudanças sociais significativas.

Refletir sobre as modificações resultantes das ações de contestação e protesto promovidas pelo MST não se resume apenas a descrever as suas atividades e as reações sociais a elas; é essencial analisar como essas ações impactam as propriedades e as características dos grupos e indivíduos envolvidos em conflitos locais, e de forma mais ampla, na sociedade como um todo. Essa análise proporciona *insights* valiosos sobre como tais movimentos sociais influenciam as dinâmicas sociais e as estruturas de poder existentes.

## 2 MANCUR OLSON E A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA: UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS DO MST

De acordo com Gohn (1997), há uma inadequação do paradigma marxista tradicional, muitas vezes chamado de clássico ou ortodoxo, para analisar os movimentos sociais que emergiram na Europa a partir dos anos 60 do século passado. Diante desse cenário, propôs-se examinar a produção da ação coletiva do MST por meio de autores com abordagens distintas, como a de Mancur Olson. Esse teórico introduziu um esquema interpretativo diferente do marxismo na análise dos movimentos sociais, destacando os interesses individuais e a intenção dos atores em alcançar os objetivos dos grupos sociais. Essa abordagem diversificada busca entender e contextualizar a dinâmica e a complexidade dos movimentos sociais, levando em consideração diferentes perspectivas teóricas para enriquecer a análise do engajamento coletivo e das transformações sociais propostas pelo MST.

A escolha de explorar a discussão teórica com autores que, de certa forma, se afastam das categorias marxistas revela-se interessante, não por descartar o marxismo, mas por integrar elementos pós-marxistas em uma análise mais detalhada, focando nos aspectos culturais e políticos que o marxismo, em certa medida, tende a subordinar ao econômico. Esse novo paradigma, como expressado por Gohn (1997, p. 122), proporciona a possibilidade de releitura e de reinvenção do papel do ator, permitindo a capacidade de promover mudanças a partir da ação individual, independente das limitações impostas pelas estruturas pré-estabelecidas. Essa abordagem mais ampla e flexível oferece uma nova perspectiva para estudar os movimentos sociais, incorporando uma análise mais abrangente que reconhece a importância dos aspectos culturais, políticos e individuais na dinâmica e na eficácia das ações coletivas.

Um dos motivos fundamentais para a escolha teórica de analisar a ação coletiva por meio do paradigma da “lógica da ação coletiva” de Olson está relacionado ao abandono da concepção de um sujeito histórico pré-determinado, moldado pelas contradições do capitalismo e formado pela consciência autêntica de uma vanguarda partidária e pelos princípios do centralismo democrático leninista. Esse novo sujeito coletivo é entendido como sendo difuso, não hierarquizado e engajado na luta contra as disparidades de acesso aos benefícios da modernidade, ao mesmo tempo em que mantém uma postura crítica com relação aos impactos negativos desses benefícios. As ações desse sujeito coletivo são fundamentadas em valores tradicionais, solidários

e comunitários. Dessa forma, essa nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico e pré-determinado, passando a enxergar os participantes das ações coletivas como atores sociais inseridos em um contexto mais amplo de interações, influências e valores, conforme descrito por Gohn (1997, p. 122-123).

O debate contemporâneo frequentemente remonta à abordagem neoclássica de Mancur Olson (1999). Em *A Lógica da Ação Coletiva*, publicada pela primeira vez em 1965, Olson estudou grupos sociais e grandes organizações, principalmente norte-americanas, para analisar e confrontar diversos aspectos do comportamento coletivo a fim de desenvolver uma teoria que seja mais aplicável a organizações de grande porte com relevante dimensão econômica. A premissa fundamental de Olson é que, quando existem objetivos econômicos em jogo, grupos de indivíduos com interesses em comum tendem a buscar a promoção desses interesses de forma coletiva. Essa teoria fundamenta grande parte das discussões contemporâneas sobre a dinâmica dos movimentos sociais e das ações coletivas, especialmente no que diz respeito à relação entre os interesses individuais e os do grupo em cenários econômicos.

Olson (1999) destaca que o ponto de partida lógico para qualquer estudo sistemático sobre organizações é o seu propósito. Segundo o autor, a promoção dos interesses de seus membros é um propósito característico da maioria das organizações, especialmente praticamente de todas aquelas com um significativo aspecto econômico. As organizações desempenham uma função vital quando há interesses comuns ou grupais a serem defendidos. Embora frequentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, a função fundamental e a característica essencial das organizações correspondem à sua capacidade de promover os interesses coletivos de grupos de indivíduos (Olson, 1999). Essa perspectiva ressalta a importância da coletividade e da ação conjunta na busca e na defesa de interesses compartilhados dentro de diversas organizações.

Apesar de indicar a união de pessoas na busca de interesses e objetivos comuns, o conceito de ação coletiva expresso por Olson (1999) adverte que, assim como é possível supor que os indivíduos participantes de uma organização ou grupo compartilhem um interesse comum, também é fato que existem interesses estritamente individuais, distintos dos interesses dos demais membros do mesmo grupo ou organização. Esse reconhecimento da diversidade de interesses individuais dentro de um grupo reforça a complexidade das relações coletivas e a necessidade

de considerar tanto os interesses comuns quanto as particularidades e variações nas motivações de cada indivíduo participante da ação coletiva.

O pensamento de Olson (1999) gira em torno da ideia controversa de que os grupos sempre atuam para promover seus interesses, partindo da premissa de que, na realidade, os membros de um grupo agem movidos por interesses pessoais e individuais. Essa abordagem enfatiza que a essência da ação coletiva reside na tendência dos grupos em trabalhar em prol de seus interesses coletivos, uma extensão lógica da noção bem aceita de comportamento racional e centrado nos interesses individuais. Essa perspectiva enfatiza a importância dos interesses individuais na dinâmica e no funcionamento dos grupos, desafiando a ideia tradicional de que a cooperação ocorre exclusivamente em virtude de interesses comuns e coletivos.

Em resumo, a abordagem de Olson (1999) sugere que, se os membros de um grupo compartilham um interesse ou objetivo comum, e se todos se beneficiariam com a realização desse objetivo em particular, caso sejam indivíduos racionais e focados em seus interesses pessoais, engajar-se-ão na ação necessária para alcançar tal objetivo. Essa visão racional da ação coletiva destaca a relevância dos interesses individuais e da lógica de maximização de benefícios pessoais na dinâmica dos grupos e organizações.

A controvérsia em torno das ideias de Olson (1999) gira em torno de sua abordagem pragmática e utilitarista da associação política, isto é, na noção de que as pessoas se filiam a um grupo apenas quando veem a possibilidade de obter vantagens por meio dessa filiação. Em outras palavras, Olson (1999) argumenta que, diferentemente de uma ação individual isolada, a ação coletiva é muito mais eficaz na defesa dos interesses do indivíduo. De acordo com o teórico, a noção amplamente aceita nas Ciências Sociais de que os grupos tendem a promover seus próprios interesses é, portanto, questionável, especialmente quando se baseia na suposição de que os grupos agem em seu próprio interesse pelo simples fato de que os indivíduos também o fazem. Segundo Olson (1999), “a visão convencional de que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco valor, se é que tem algum” (p. 15). Isso significa que interesses comuns nem sempre resultam em ação coletiva. Não é pelo fato de todos terem um interesse comum que necessariamente se organizarão para executar uma ação coletiva em favor desse interesse.

Zauli (2000) destaca que, para Olson, o princípio da racionalidade individual não implica automaticamente que indivíduos com interesses comuns se engajem em ações coletivas. Pelo contrário, a racionalidade individual sugere que os indivíduos tendem a se abster de participar em ações coletivas para a provisão de bens em comum, a menos que existam incentivos ou coerções que os motivem a agir em favor do interesse coletivo. A necessidade de incentivos ou pressões externas surge devido à avaliação racional dos custos e benefícios por parte dos indivíduos com relação ao seu engajamento coletivo.

A análise de participação dos assentados do MST em ações coletivas sob uma perspectiva de incentivos seletivos, conforme discutido pelos termos de Olson, é de grande relevância para compreender os mecanismos que impulsionam a mobilização e o engajamento em movimentos sociais. Os incentivos seletivos referem-se às recompensas ou às punições que indivíduos recebem com base em suas ações e decisões. Dentro do contexto do MST, a ideia de oferecer incentivos seletivos aos seus membros e apoiadores pode atuar como um dispositivo fundamental para estimular a participação ativa em ações coletivas respaldadas por uma ideologia socialista.

Na visão de Olson (1999), a lógica por trás dos incentivos seletivos é que os indivíduos são mais propensos a se envolver em ações coletivas quando percebem benefícios pessoais diretos ou quando evitam consequências negativas por não participarem. Dessa forma, a promessa de recompensas, como acesso facilitado a recursos, à educação, ao lazer e a outros benefícios oferecidos pelo MST, pode motivar os assentados a se engajarem nas atividades do movimento, alinhando-se com os objetivos coletivos. Ao reconhecer a importância dos incentivos seletivos, podemos compreender melhor os mecanismos por meio dos quais os movimentos sociais conseguem mobilizar e manter o apoio de seus membros. É uma abordagem que destaca a interação entre interesses individuais e coletivos, e como a utilização eficaz de incentivos pode influenciar a participação ativa e a coesão dentro de um movimento social como o MST.

A ideia de ação coletiva proposta por Olson pode ser vista com uma perspectiva ideológica, semelhante à forma como Gramsci concebeu a ideologia, entendida como um instrumento para consolidar e unificar o bloco social. Nesse contexto, a “ideologia da ação coletiva” de Olson contém um poder persuasivo que sugere que as ações coletivas são motivadas primariamente por interesses individuais. Essa abordagem

ideológica molda a compreensão e a justificação das ações coletivas, influenciando a percepção dos participantes e da sociedade sobre os propósitos e implicações das atividades realizadas em conjunto pelos grupos. Essa interpretação destaca a influência subliminar das crenças, dos valores e dos princípios sobre a percepção da ação coletiva e do seu propósito subjacente.

Nesse contexto, Ammann (1997), ao abordar a análise gramsciana de ideologia, salienta a preocupação a respeito do perigo associado ao convencimento por ideologias individualistas e adverte sobre o potencial negativo dessas ideologias. Ammann (1997) menciona que, de acordo com Gramsci, é importante discernir entre diferentes tipos de ideologias. Em particular, Gramsci distingue as ideologias arbitrarias e racionalistas que tendem a resultar em movimentos predominantemente individuais. No entanto, mesmo essas ideologias, apesar de sua natureza individualista, podem ter sua utilidade, uma vez que funcionam como um contraponto ao conceito de verdade e reafirmam a existência dessa verdade por meio da sua existência. Essa distinção destaca a complexidade das ideologias e como elas podem influenciar não apenas a ação coletiva, mas também a dinâmica entre o indivíduo e o coletivo, assim como a relação entre convicções individuais e percepções compartilhadas sobre a realidade social (Ammann, 1997, p. 21).

Sob essa perspectiva, destaca-se o papel dos líderes que estabelecem uma ligação orgânica com os trabalhadores sem-terra, representando uma força potencial na busca por uma nova hegemonia que promova um desenvolvimento capaz de unificar a massa em direção a uma concepção mais elevada de existência. Isso poderia culminar em uma nova unidade orgânica entre os próprios líderes e os trabalhadores. Nesse contexto, os líderes têm o potencial de, por um lado, reforçar a ideologia dominante e, por outro lado, incitar um movimento cultural que visa a dismantelar a concepção de uma ação coletiva baseada em interesses individuais, em favor de uma contraideologia necessária para a transformação social. A atuação dos líderes é crucial na condução desse processo de mudança, tanto ao fortalecer as crenças existentes quanto ao promover uma nova visão coletiva que impulse a transformação social.

Segundo Berdegué e Ramirez (2003), o surgimento das ações coletivas ocorre em um contexto contemporâneo cada vez mais marcado pelo individualismo, mas é fundamental que essas ações sejam resultantes de uma mobilização coletiva. Esse engajamento coletivo se mostra essencial para atender às necessidades individuais



decorrentes da pobreza, as quais não encontram solução dentro do paradigma do individualismo, muitas vezes incentivado pelo neoliberalismo econômico. No contexto rural, as ações coletivas se desenrolam em um novo cenário no qual é crucial ter a capacidade de negociar com outros atores da comunidade e do território em prol do desenvolvimento. Esse novo contexto ressalta a importância de iniciativas colaborativas e cooperativas entre diversas partes interessadas para enfrentar os desafios presentes e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo na comunidade e no território em questão. Tal abordagem destaca a necessidade crescente de colaboração e engajamento coletivo para lidar com questões contemporâneas e fomentar um desenvolvimento mais equitativo e integrado.

Nessa conjuntura, as ações coletivas têm o potencial de fomentar não apenas a liberdade de expressão das pessoas com relação aos seus desejos, mas também aspectos que vão além da produção, como questões religiosas e culturais. De acordo com Amartya Sen, citado por Abramovay (1998), o verdadeiro desenvolvimento pode ser entendido como o aumento da capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas. Não se trata apenas de garantir direitos por meio da legislação, mas do empoderamento dos indivíduos com as habilidades, as qualificações e os recursos necessários para se locomover, participar ativamente dos mercados e estabelecer relações humanas que enriqueçam as suas vidas. Essa perspectiva ressalta a importância da liberdade garantida pelas leis e da capacitação dos indivíduos para exercerem essa liberdade de forma significativa em todos os aspectos de suas vidas, promovendo um desenvolvimento que valorize a autonomia e a realização pessoal.

Alguns autores, como Brenneisen (2002), Navarro (2003) e Souza (2017, 2018) e outros, têm apontado que, no cotidiano dos assentamentos do MST, essa prática de liberdade de escolha nem sempre se concretiza. Eles destacam que os assentados muitas vezes não desfrutam de uma liberdade significativa de escolha, o que certamente compromete um desenvolvimento genuinamente inclusivo e participativo. Essas críticas apontam para a necessidade de considerar não apenas a estrutura e os objetivos dos movimentos sociais, mas também a efetiva realização e garantia de liberdade de escolha e autonomia dos indivíduos dentro desses contextos coletivos.

De fato, sabe-se que a estratégia fundamental do MST envolve a ocupação de terras consideradas improdutivas, sejam elas públicas ou privadas. Essas ocupações têm o propósito de criar um impacto político significativo, exercendo pressão sobre as autoridades públicas para negociar com o movimento e viabilizar o assentamento

definitivo dos sem-terra naquelas terras, por meio da concessão de títulos de posse. O êxito dessas iniciativas frequentemente está ligado à presença de lideranças, as quais tipicamente contêm sólido *background* político e habilidades organizacionais que são essenciais para a coordenação efetiva dessas ações e para a articulação das demandas do movimento junto às instâncias governamentais. Essas lideranças desempenham um papel crucial na mobilização, na condução das negociações e na sustentação das reivindicações do MST, contribuindo significativamente para o alcance dos objetivos do movimento no que diz respeito à reforma agrária e à justiça social no campo (Souza & Schneider, 2022).

De acordo com Gohn (1997), a estrutura organizacional do MST reflete vários pressupostos clássicos da esquerda tradicional, enfatizando a importância de uma estrutura orgânica com direção, coordenação, comissões, departamentos e núcleos. A liderança deve ser composta pelos militantes mais qualificados e bem selecionados. Dado que as massas tendem a se mobilizar apenas em resposta a necessidades imediatas e não costumam se organizar politicamente por conta própria, os dirigentes do movimento têm uma responsabilidade significativa na condução das lutas dessas massas. Os documentos do MST afirmam que “Quanto mais a massa se apega aos símbolos, líderes e à organização, mais ela luta, mais se mobiliza e mais se organiza” (MST, 1991, citado em Gohn, 1997, p. 150). Isso enfatiza a importância dos elementos simbólicos, da liderança e da estrutura organizacional na mobilização e na organização eficaz das massas dentro do movimento.

Concordamos com a observação de Gohn (1997) de que o MST enfrenta desafios internos, e a rigidez das diretrizes programáticas tem encontrado resistência em ser plenamente assimilada pela maioria dos agricultores. Uma questão apontada é que o movimento às vezes falha em considerar a importância da tradição e dos costumes na vida do meio popular, tentando impor práticas novas simplesmente por serem coletivistas. Um exemplo citado são algumas cooperativas de comercialização de produtos, nas quais a tradição familiar sempre teve um papel central na economia rural brasileira. O convívio com a família é um elemento social fundamental, e a tradição cooperativa de produção não é comum em todas as regiões, especialmente no Norte do Brasil. A tensão entre o projeto dos líderes do MST e as expectativas e práticas dos próprios trabalhadores revela a complexidade do processo de adaptação em um assentamento, influenciado tanto por fatores objetivos e econômicos quanto pelo contexto cultural das pessoas da região. Essa observação ressalta a importância

de considerar não apenas os aspectos materiais e políticos, mas também a variedade de influências culturais e sociais na implementação efetiva de programas e práticas em contextos rurais e no interior dos movimentos sociais.

Na fase de preparação e de acampamento do MST, observa-se uma convergência dos interesses entre os trabalhadores rurais, enquanto os líderes enfatizam a crítica ao modo de produção capitalista, que favorece a privatização da terra e impede que aqueles que a trabalham possam compartilhá-la. No entanto, a dinâmica muda quando a fase de preparação e de acampamento dá lugar à etapa de assentamento, na qual as famílias se unem para conquistar a posse individual da terra. Nesse momento, durante a negociação do projeto coletivo, os assentados têm demonstrado certa apatia com relação às ideias propostas pelos líderes do movimento. Essa mudança de perspectiva sugere que, uma vez conquistada a terra e alcançada a posse individual, as prioridades e as atitudes dos assentados podem se diversificar, levando a um distanciamento em relação às diretrizes iniciais do movimento. Tal cenário salienta a complexidade das relações e das dinâmicas de poder dentro do MST, evidenciando as transformações e desafios que surgem durante as diferentes fases de mobilização e organização.

De acordo com Kleba (1994), a discrepância entre os líderes que representam as demandas dos assentados e a totalidade desses trabalhadores decorre, em parte, da estrutura limitada dos líderes e de suas posições ideológicas, que nem sempre refletem a diversidade da população assentada. Um dos principais desafios para a organização coletiva da produção é a mentalidade camponesa, que valoriza a autonomia decisória, a ausência de prestação de contas e a liberdade na definição de horários de trabalho. Enquanto os líderes do MST podem trazer propostas externas aos trabalhadores, a mentalidade camponesa, enraizada em um contexto cultural e histórico específico, pode influenciar as percepções e práticas dos assentados (Lazzaretti, 2003). Além disso, a diversidade de origens dos trabalhadores rurais dentro dos assentamentos também é um fator relevante. Nem todos têm experiência agrícola prévia, e alguns podem ser mais receptivos à aprendizagem de novas práticas de trabalho em grupo. Essa heterogeneidade de experiências e perspectivas pode impactar a forma como a coletivização da produção é entendida e implementada dentro dos assentamentos (Souza, 2017, 2018, 2022).

É importante reiterar que, embora se reconheça que a ação coletiva resulte da soma das ações individuais dentro de um contexto social específico, a posição teórica

aqui assumida, em consonância com Almeida (1999), afirma que a ação coletiva é uma manifestação de atores sociais ou grupos que se unem como um sujeito coletivo. Concorda-se com Ostrom (1992) e Sabourin (1999), ao enfatizarem que, ao contrário do argumento de Olson, a ação coletiva é um processo interativo e uma construção social que surge dos processos de aprendizagem coletiva, baseada nas experiências e nas trajetórias sociais dos indivíduos dentro dos grupos. Esse ponto de vista enfatiza a natureza dinâmica e interativa da ação coletiva, ressaltando a relevância da construção social e da aprendizagem compartilhada na formação e no desenvolvimento dos movimentos sociais e das iniciativas coletivas.

A lógica da dádiva e da reciprocidade, fundamental em todas as sociedades, é discutida por Sabourin (2003a), com base em estudos de Levi-Strauss e de Caille. Esses princípios implicam a prática de realizar ações sem expectativa imediata de retorno, visando à manutenção e à reprodução das relações sociais. Temple (1999) diferencia troca e reciprocidade, explicando que a reciprocidade envolve uma relação reversível entre sujeitos. Sabourin (2003a) pondera que, mesmo em projetos de reforma agrária, famílias assentadas na periferia de Recife operam com base em princípios de dádiva e de reciprocidade provenientes de suas raízes camponesas. Isso é evidenciado no trabalho de Maria Nazareth Wanderley, conforme demonstrado no livro coordenado por José de Souza Martins (2003). O autor ressalta que, de fato, as políticas públicas, juntamente com outros aspectos, incluindo o modelo social e produtivo da reforma agrária no Brasil, tendem a negligenciar a diversidade das lógicas sociais, especialmente o princípio da reciprocidade. Mesmo diante de fracassos evidentes, essas políticas persistem em promover predominantemente o desenvolvimento baseado no intercâmbio capitalista, centrado na acumulação material e na competição orientada ao lucro.

Temple (1999) assevera que, em todas as sociedades humanas, coexistem duas lógicas econômicas: a do intercâmbio e a da reciprocidade da dádiva. Cada uma dessas lógicas é mais ou menos desenvolvida dependendo das prioridades dos indivíduos: se preferem priorizar o interesse privado ou os valores humanos. Para além do valor quantificado pela moeda nas transações de intercâmbio, outros valores como confiança, responsabilidade, equidade, prestígio, amizade e honra são considerados essenciais. Esses preceitos desempenham papéis fundamentais na criação de diversas formas de equivalência tanto materiais quanto simbólicas nas relações reguladas pela reciprocidade. Assim, as relações econômicas são

influenciadas não apenas por transações monetárias, mas também por valores sociais e emocionais, destacando a complexidade e a variedade de fatores envolvidos nas interações econômicas e sociais.

Ostrom (1998) salienta a importância da construção social de instituições que regulamentam e gerenciam recursos coletivos em grupos de agentes heterogêneos com interesses conflitantes, com ênfase especial nas normas de reciprocidade. Segundo a autora, a reciprocidade, a confiança e o prestígio, considerados princípios fundamentais na ação coletiva, representam tanto regras sociais quanto valores humanos. Ostrom (1998) os vê como valores “naturalmente” presentes e intrinsecamente incorporados nos grupos sociais. Contudo, a produção e a manutenção desses valores dependem da tensão entre os princípios de intercâmbio e reciprocidade, assim como da polarização das interações econômicas entre esses dois modelos.

Sabourin (2003a) informa que observações feitas em várias sociedades rurais confirmam a diferença e, até mesmo, a contradição dialética entre a lógica econômica da reciprocidade e a do livre-câmbio. Ambas as lógicas podem ser identificadas em diferentes contextos e situações. O autor argumenta que, atualmente, no âmbito do desenvolvimento rural ou regional, o objetivo não é reivindicar a exclusividade de uma dialética em detrimento da outra, mas sim incentivar uma abordagem dual. Reconhecer politicamente e publicamente a economia da reciprocidade poderia servir como um ponto de interseção, abrindo espaço para um diálogo entre os defensores de ambos os princípios. Isso poderia alimentar discussões sobre a natureza das organizações camponesas ou locais, a delegação de poder, as normas e os princípios de gestão dos bens comuns ou públicos, bem como dos recursos naturais.

A proposta desse debate é reconhecer que não se resume apenas à abordagem capitalista do livre-câmbio e individualismo, como proposto por Olson, mas visa a diferenciar as duas lógicas, considerando a existência de estruturas de reciprocidade e dívida como alternativas viáveis. Essa abordagem sublinha a importância de avaliar e compreender essas diferentes perspectivas, especialmente no contexto das organizações rurais, que podem não se encaixar totalmente em um único modelo econômico ou social.

O estudo, publicado no início dos anos 2000, com o título *O reconhecimento público dos novos atores coletivos no Nordeste*, conduzido por Sabourin, Duque e Thonneau (2004), aponta, em três casos analisados, a harmonia entre o apoio público

à ação coletiva dos agricultores em nível local, incluindo a distribuição de recursos e meios de produção. Os autores enfatizam a relevância do reconhecimento público dos atores coletivos, frisando o papel de apoio, de orientação e, em contrapartida, de restrição nas complexas interações territoriais. Eles apontam que nessas experiências existem mecanismos coletivos baseados essencialmente em colaborações gratuitas originadas de sistemas de ajuda mútua, fundamentadas em princípios de reciprocidade e redistribuição da cultura camponesa.

Malagodi, Menezes e Silva (2003) reforçam essa ideia em seu estudo dos assentamentos na Paraíba, salientando que a sustentabilidade nesses locais está profundamente relacionada a modelos econômicos tradicionais fundamentados em relações laborais convencionais entre proprietários de terras e trabalhadores remunerados. Eles destacam ainda que os assentamentos oferecem a oportunidade de revitalização da agricultura familiar por meio da cooperação entre os membros da comunidade. Os desafios identificados incluem a preservação da cultura camponesa desfavorecida pela modernização, sendo a aprendizagem coletiva um elemento essencial nesse processo de resgate.

Sabourin (2003b) argumenta que, ao contrário das previsões de Olson sobre a deterioração da ação coletiva, os camponeses do Nordeste, especialmente das regiões mais pobres, têm sido capazes de encontrar maneiras de gerir em conjunto os recursos hídricos e as pastagens sem comprometer o acesso a eles. Eles têm superado os obstáculos que anteriormente prejudicavam o equilíbrio ambiental resultante da modernização da agricultura. Os estudos conduzidos por Sabourin (2003b) em algumas comunidades sertanejas do Nordeste destacam que os agricultores não apenas criam, adaptam e compartilham conhecimentos técnicos, mas também enfatizam a importância da observação mútua e diálogo na promoção da inovação agrícola e organizacional. Sabourin, Menezes e Tonneau (2004a) argumentam que a agricultura familiar no Nordeste do Brasil deriva de uma tradição camponesa específica, que continua evoluindo e mantendo as suas características mesmo que, em certa medida, esteja se integrando aos ciclos comerciais de exportação de produtos como fumo, cana-de-açúcar, café, algodão, sisal e mamona.

A análise desses pesquisadores do Nordeste sugere que as práticas de ação coletiva na região se baseiam principalmente na reciprocidade e em valores éticos, como confiança, justiça, responsabilidade e amizade, e não apenas em interesses materiais individuais. Isso indica que a análise de Olson pode ser considerada parcial,

já que as comunidades estudadas demonstram a prevalência de princípios e práticas coletivas ancoradas em valores sociais e éticos, além de interesses materiais individualistas. Talvez a principal limitação de Olson seja tentar explicar todas as ações coletivas apenas com base em interesses individuais. A sua análise pode ser útil como ponto de partida para verificar os interesses por trás das ações coletivas em sociedades dominadas pela lógica do intercâmbio, com peso extremo da competição e da competitividade, como é o caso de grupos empresariais e outros grupos sociais norte-americanos. Conforme Assis (2004) defende, esse pensamento de Olson prevaleceu e deu preferência à análise das ações coletivas, enfatizando o comportamento coletivo, determinantes estruturais e aspectos psicológicos individuais.

De certa forma, esse discurso universalista encapsulou a análise e, no mínimo, criou limitações que impediam uma visão mais clara sobre o surgimento de novas formas de ação coletiva, assim como o potencial dessas em direção a conflitos antagonistas. Essa perspectiva também transmitia a ideia de que ações de protesto e, em última análise, os movimentos sociais eram considerados formas de comportamento desviante (Assis, 2004, p. 37). Essa abordagem analisa a ação coletiva unicamente em termos da lógica da interação estratégica e dos cálculos de custo-benefício, representando uma visão de ação coletiva centrada em interesses puramente racionais.

A integração do ator individual em uma ação coletiva é um processo fundamental que resulta em uma nova identidade emergindo do coletivo, não apenas do indivíduo. Cohen (1985) destaca um equívoco na visão de Olson ao retratar os participantes de ações coletivas como desorganizados, pois, na realidade, eles se unem em grupos de solidariedade, revelando uma coesão e estrutura por trás da mobilização coletiva. Essa perspectiva ressalta a importância de se analisar não apenas os interesses individuais, mas também a dinâmica social e os laços de solidariedade presentes nas ações coletivas.

Segundo Cohen e Arato (1992), mencionados por Gohn (1997), a teoria de Olson, inserida na Teoria da Mobilização de Recursos, postula que os movimentos sociais devem ser compreendidos por meio de uma teoria de conflito da ação coletiva. Não há distinção essencial entre a ação coletiva institucional e a não institucional; ambas implicam conflitos de interesses embutidos nas relações de poder institucionalizadas. As ações coletivas são impulsionadas pela busca racional de

interesses por grupos; demandas e reivindicações surgem continuamente das dinâmicas de poder e não são suficientes para explicar a formação dos movimentos. Esses se originam de mudanças nos recursos, na organização e nas oportunidades para a ação coletiva. O êxito de um movimento está ligado ao reconhecimento do grupo como ator político ou à melhoria de benefícios tangíveis. A mobilização requer organizações formais em grande escala, burocráticas e com propósitos específicos. Os autores concluem enfatizando que organização e racionalidade são conceitos-chave nessa abordagem. Essa teoria, conforme menciona a autora supracitada, negligencia a análise das relações de classe, do sistema de dominação e da reprodução do capital e força de trabalho. Além disso, deixa de abordar uma série de questões decorrentes das relações sociopolíticas e culturais dos atores, moldadas pela cultura política vigente.

Portanto, compartilha-se da crítica apresentada por Gohn (1997) com relação à teoria de Olson, realçando a sua lacuna na análise do contexto social e político. Essa teoria não considera as políticas públicas nem o papel do Estado na sociedade em geral e, mais especificamente, nas interações com os movimentos sociais. Além disso, ela não dá a devida atenção à natureza das lutas dos atores, assim como as suas experiências passadas em termos de mobilizações sociais, omitindo, ao mesmo tempo, o impacto da cultura nas ações coletivas, de forma ampla, e nos movimentos sociais, em particular.

A crítica de Gohn à teoria de Olson ressalta a importância de considerar uma série de fatores cruciais na análise dos movimentos sociais e da ação coletiva. No livro *A Lógica da Ação Coletiva*, Olson (1999) focaliza primariamente a motivação dos indivíduos para participar em ações coletivas, discutindo os conceitos de “caronas” (*free-riders*) e incentivos seletivos. Entretanto, essa abordagem é questionada por sua limitação em abarcar a grande complexidade associada aos movimentos sociais. A crítica de Gohn ressalta a necessidade de um exame mais abrangente e contextualizada para compreender completamente a diversidade e a dinâmica dos movimentos sociais, sugerindo que outros elementos, como o contexto sociopolítico, as políticas públicas, o papel do Estado e as experiências passadas dos atores, são igualmente relevantes para uma compreensão holística da ação coletiva.

A análise apontada ressalta a vital importância de se considerar o contexto social e político ao estudar os movimentos sociais, visto que estes não surgem isolados, mas são intrinsecamente moldados pelas condições sociopolíticas e pela



história em que se inserem. As políticas públicas e o papel do Estado são componentes cruciais para compreender as motivações e os desafios enfrentados pelos movimentos sociais. O Estado pode variar de papel, atuando como antagonista, facilitador ou até mesmo como parte integrante dos movimentos, dependendo de suas políticas internas e das pressões exercidas pelos grupos.

Por outro lado, negligenciar o substrato das lutas e as experiências anteriores dos atores implica deixar de reconhecer um elemento essencial dos movimentos sociais: a capacidade de aprendizado e a evolução ao longo do tempo. A história de lutas sociais proporciona um conhecimento valioso e serve de inspiração para os participantes dos movimentos, que adaptam as suas estratégias com base nos resultados passados.

Além disso, a cultura exerce um papel primordial nas ações coletivas. Práticas, valores, normas e símbolos culturais podem ser poderosos motivadores da participação nos movimentos, servindo como ferramentas de mobilização e influenciando a definição de objetivos e a implementação de estratégias. Desconsiderar a influência da cultura significa negligenciar um dos elementos mais significativos e potencialmente unificadores da ação coletiva.

A crítica de Gohn ressalta a importância de adotar abordagens mais abrangentes para compreender os movimentos sociais, levando em consideração uma variedade de fatores (econômicos, políticos, sociais e culturais) que influenciam a ação coletiva. Nesse sentido, referindo-se às ideias de Crozier e Friedberg (1977), destaca-se que a ação coletiva não é algo natural, como pode sugerir as abordagens de Olson, mas sim uma construção social complexa. A sua existência levanta questões que exigem explicação sobre as suas origens e as suas condições de continuidade. Como sugere Sabourin (2003a), é essencial compreender a elaboração e a adaptação dessas construções sociais que são as normas, as regras e as convenções que moldam e orientam a ação coletiva.

As ideias de Crozier e Friedberg (1977), atreladas à interpretação de Sabourin (2003a), enfatizam a natureza construída e o contingente da ação coletiva, contrapondo-se às visões que podem interpretar tais ações como fenômenos quase naturais ou inevitáveis. Essa perspectiva ressalta que as ações coletivas, incluindo os movimentos sociais, são produtos de processos sociais complexos, que requerem uma análise cuidadosa de suas condições de emergência, suas regras, normas e convenções, e como essas são criadas, sustentadas e modificadas ao longo do

tempo. Tal abordagem traz à tona a importância da agência e da intencionalidade dos atores envolvidos na construção social. Em vez de considerar os indivíduos meramente como peças influenciadas por forças externas maiores, essa visão reconhece o papel ativo que as pessoas desempenham na formação das estruturas sociais, incluindo aquelas que dão origem e forma à ação coletiva.

A análise do MST e sua adoção de uma perspectiva marxista-leninista oferece um exemplo significativo de como as teorias marxistas e a concepção de classes sociais têm influenciado movimentos sociais contemporâneos. O MST, um dos maiores movimentos sociais da América Latina, direciona seus esforços para questões de reforma agrária e justiça social, buscando uma redistribuição de terras e a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas que perpetuam a desigualdade. O marxismo, cujo núcleo é a luta de classes como força propulsora da história e a ideia de que as relações sociais são amplamente determinadas pelas relações econômicas e pela divisão da sociedade em classes com interesses conflitantes, fornece um arcabouço teórico para compreender a exploração e a opressão no contexto do sistema capitalista. O leninismo, por sua vez, uma vertente do marxismo desenvolvida por Lênin, acrescenta a esse entendimento a importância de um partido revolucionário como agente de mudança, capacitado para liderar a classe operária (e, de maneira ampla, outros grupos oprimidos) rumo à superação do capitalismo

O MST utiliza essas teorias como fundamento para a sua análise das estruturas agrárias no Brasil, as quais são percebidas por eles como profundamente desiguais e injustas. A abordagem marxista-leninista oferece ao MST não só um modelo de análise da realidade brasileira, destacando os conflitos de classe, mas também uma orientação para a ação. Enfatiza a importância da organização, da mobilização e, se necessário, do confronto para alcançar a reforma agrária e, em última instância, uma sociedade mais justa e igualitária. Essas teorias servem como alicerce ideológico e prático para o MST, consistindo tanto em um diagnóstico crítico das estruturas existentes como um caminho estratégico para a transformação social que almejam.

A adoção da teoria marxista-leninista distingue o MST de outros movimentos sociais que possam se fundamentar em teorias de ação coletiva, como as de Olson, que priorizam análises de incentivos e custos individuais na participação em movimentos. Enquanto Olson oferece uma explicação sobre as razões pelas quais indivíduos optam por se envolver ou não em ações coletivas, com base em uma lógica

de custos e benefícios e no problema dos "caronas", o MST está focado em uma análise dialética da sociedade que percebe a luta de classes e a transformação social como elementos intrinsecamente coletivos e historicamente necessários.

Dessa forma, o MST exemplifica como as teorias marxistas e leninistas são aplicadas e se manifestam na organização e na prática dos movimentos sociais que buscam uma transformação radical das estruturas sociais, econômicas e políticas. Enquanto as teorias de ação coletiva, como as de Olson, se concentram em incentivos individuais e na racionalidade dos participantes, o MST adota uma abordagem mais abrangente, frisando a unidade e a luta coletiva como meios para se alcançar mudanças sociais profundas e duradouras na busca da democratização da terra e dos recursos econômicos, resultando em uma eficaz reforma agrária com equidade social e econômica para as famílias de agricultores.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva teórica de Olson (1999), evidenciada na obra *A Lógica da Ação Coletiva*, salienta a preponderância dos interesses individuais como motivação primordial para a participação em ações coletivas. O autor sustenta que os participantes agem principalmente em busca de benefícios pessoais esperados, mesmo que suas ações tenham o propósito declarado de beneficiar o grupo como um todo ou atingir objetivos de bem comum. Essa abordagem teórica não explora as nuances e as diferenças individuais dentro dos grupos sociais, mas enfatiza a dinâmica dos incentivos e dos custos individuais na tomada de decisões relacionadas à participação em atividades coletivas.

De acordo com o teórico, um dos principais desafios enfrentados pelas ações coletivas é o fenômeno conhecido como "carona" (*free-rider*), no qual indivíduos desfrutam dos resultados ou benefícios das ações coletivas sem contribuir ativamente para elas. Esses sujeitos podem considerar que seu esforço individual é pequeno demais ou insignificante para impactar o resultado, mas, mesmo assim, esperam colher os benefícios gerados pelas atividades coletivas. Isso cria uma situação na qual a eficácia da ação coletiva pode ser comprometida, já que nem todos aqueles que se beneficiam dela estão prontos para contribuir para sua realização. A questão do "carona" destaca a complexidade da coordenação e do engajamento em esforços coletivos, bem como a necessidade de lidar com dilemas de incentivos e motivações individuais dentro do contexto das ações coletivas.

Mancur Olson não necessariamente desconsidera as diferenças individuais dentro dos grupos sociais, mas a sua ênfase recai mais nos incentivos e desincentivos para a ação coletiva, sob a ótica dos benefícios individuais. Ele propõe que, para lidar com o desafio do “carona” e estimular a participação, é crucial a presença de incentivos seletivos, vantagens que só são acessíveis por meio da participação ativa. Dessa forma, Olson sugere que a estrutura de benefícios da ação coletiva deve ser projetada de modo a recompensar aqueles que se engajam ativamente, criando um ambiente no qual os indivíduos sintam que seu envolvimento direto é fundamental para alcançar resultados positivos e exclusivos. Essa abordagem busca superar as barreiras relacionadas à motivação e ao cálculo racional dos participantes em ações coletivas, maximizando a eficácia e o envolvimento dos envolvidos

Essa observação salienta a diferença entre a abordagem de Mancur Olson e outras teorias da ação coletiva que podem enfatizar motivações mais altruístas ou ideológicas para a participação em movimentos sociais ou ações coletivas. Enquanto Olson adota uma visão mais cética, porém, pragmática, ao destacar a importância de interesses pessoais e incentivos na mobilização de grupos para a ação coletiva, outras perspectivas teóricas podem valorizar valores mais humanos, como a amizade, a solidariedade e a justiça, em detrimento de uma lógica estritamente baseada em incentivos individuais.

A referência às relações sociais nos assentamentos do MST sugere que tais grupos vão além da pura busca racional por benefícios materiais, valorizando aspectos mais intangíveis como o “ser”, contribuindo para o desenvolvimento de valores humanos fundamentais na comunidade, tais como a amizade, a solidariedade, a responsabilidade e a justiça. Essa constatação aponta para uma dimensão mais ampla da participação em ações coletivas, que vai além dos incentivos individuais, ilustrando a importância de valores e relações mais profundas na formação e sustentação dos movimentos sociais.

Tal ponto de vista destaca que a concepção de ação coletiva baseada unicamente em interesses individuais não reflete a dinâmica presente nos assentamentos do MST, nos quais os assentados demonstram que é por meio do reconhecimento mútuo e das necessidades compartilhadas do coletivo que surgem soluções efetivas para seus desafios de sobrevivência e interação social. É ressaltada a importância de um projeto que coloque a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos como prioridade central. Sem isso, torna-se inviável conceber

mudanças significativas e manter ações coletivas de forma contínua. A ideia transmitida é que um foco nas necessidades coletivas e no bem-estar comum é essencial para fortalecer a coesão e a capacidade de organização dos grupos, além de facilitar a construção de soluções sustentáveis e colaborativas para os desafios enfrentados pela comunidade.

É fundamental conceber ações coletivas dentro de um projeto que tenha como objetivo a emancipação dos agricultores, fundamentado em princípios de respeito e centrado nas vontades familiares. Esse projeto deve ser construído de maneira realista, considerando as necessidades e as prioridades dos assentados, evitando idealizações distantes da realidade vivida por essas comunidades. A condução democrática desempenha um papel crucial, permitindo que os assentados tenham voz ativa e participativa nas decisões que os afetam diretamente. Nesse contexto, é imprescindível ouvir e valorizar as perspectivas e as demandas dos atores da reforma agrária, garantindo que as escolhas e as direções adotadas reflitam verdadeiramente as aspirações e as necessidades locais. Dessa forma, a promoção de ações coletivas baseadas no diálogo, na participação efetiva e na autonomia das comunidades rurais não apenas fortalece a capacidade de autogestão desses grupos, mas também pavimentam o caminho para soluções mais inclusivas, pertinentes e sustentáveis no contexto da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável.

Portanto, o indivíduo e o sujeito coletivo não são opostos, mas sim complementares, representando duas facetas interligadas de um mesmo processo. Eles formam um contínuo em constante evolução, caracterizado por rupturas e continuidades na busca pela construção de ações coletivas voltadas para a transformação das sociedades em que estão inseridos. No contexto dos assentamentos do MST, é fundamental o fortalecimento de uma aprendizagem coletiva que, em última análise, respeite e valorize as opiniões e vontades individuais dos assentados. Essa abordagem valoriza a pluralidade de perspectivas e experiências individuais dentro do coletivo, contribuindo para um processo de construção coletiva mais inclusivo, participativo e eficaz na busca por mudanças sociais significativas e sustentáveis nos projetos de reforma agrária.

## REFERÊNCIAS

Abramovay, R. (1998). *Paradigmas do capitalismo agrário em Questão*. Hucitec & Editora da Unicamp.

- Almeida, J (1999). *A construção social de uma nova agricultura*. Ed. UFRGS.
- Ammann, S. B. (1997). *Ideologia do desenvolvimento de comunidade*. Cortez Editora.
- Assis, W. S. de. (2004). *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. UFRJ.
- Berdegué, J. A., & Ramirez, E. A. (2003). *Estratégias de ação coletiva e melhoras das condições de vida das populações rurais*. [https://hdl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/31366/8/119165\\_pdf](https://hdl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/31366/8/119165_pdf)
- Brenneisen, E. C. (2002). *Relações de poder, dominação e resistência*. Edunioeste.
- Cohen, J. (1985). Strategy or Identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, 52(1), 663-716.
- Crozier, M., & Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le systeme*. Seuil.
- Gohn, M. da G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.
- Kleba, J. B. (1994). Cooperação agrícola e coletivismo em assentamento de reforma agrária. *Reforma Agrária*, 24 (3), 140-153.
- Lazzaretti, M. Â. (2003). *Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais*. Edunioeste.
- Malagodi, E. (2003). *Assentamento de reforma agrária como alternativa para regiões rurais em crise*. Mimeografado.
- Navarro, Z. (2003). *O MST e a canonização da ação coletiva*. Centro de Estudos Sociais.
- Olson, M. (1999). *A lógica da ação coletiva*. Edusp,.
- Orenstein, L. (1998). *A estratégia da ação coletiva*. Revam.
- Ostrom, E. (1992). *Crafting institutions for self-governing irrigation systems*. ICS Press.
- Ostrom, E. (1998). A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action. *American Political Science Review*, 92(1). 1-22.
- Sabourin, E. (1999). Ação coletiva e organização dos produtores no Nordeste semi-árido. *Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 37, 194-204.
- Sabourin, E. (2003a). *Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no nordeste do Brasil*. Embrapa-Cirad.
- Sabourin, E. (2003b). Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. *Anais do Seminário Franco-Brasileiro de Pesquisa sobre Multifuncionalidade da Agricultura*, 1, 1-19.

- Sabourin, E., Duque, G., & Diniz, P. C. (2004). O reconhecimento público dos novos atores coletivos no Nordeste. *Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 28, 10-30.
- Sabourin, E. P., Menezes, M. A., & Thonneau, J. P. (2004). Novos Agricultores familiares ou novas agriculturas camponesas? Análise a partir de exemplos no Brasil e na França. *Anais do Congresso Mundial de Sociologia Rural*, 11.
- Souza, A. L. de. (2017). *Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto: estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná* [Dissertação de Mestrado ]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Souza, A. L. de. A construção das bases agroecológicas em assentamento de reforma agrária do MST: o desafio entre o ideal e o concreto. *Revista GeoPantanal*, 13(24), 69-83.
- Souza, A. L. de. (2022). A reforma agrária nas interfaces de Ignácio Rangel e Caio Padro Júnior: o desenvolvimento rural em questão. *Revista Campo-Território*, 16(43), 170–196.
- Souza, A. L. de, & Schneider, S. (2022). Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. *Retratos de Assentamentos*, 25(2), 266-299.
- Temple, D. (1999). *Théorie de la réciprocité*. Éditions Quæ.
- Zauli, E, M. *Grupos de interesse e ação coletiva: uma crítica formal a Mancur Olson*. <http://www.ibase.org.br/~desafio>